

Artigo

Território ribeirinho e a reprimarização do açai: O caso da várzea de Abaetetuba (PA)

Mayany Soares Salgado

Maria Antonia Soares Salgado

395

Resumo

O presente artigo discute os aspectos da territorialidade ribeirinha de Abaetetuba, no estado do Pará, com foco na produção do açaí (*Euterpe oleracea*) no município de Abaetetuba, considerando a importância do açaí como base alimentar dos ribeirinhos do município, assim como o consumo em várias escalas. A pesquisa objetiva analisar a territorialidade ribeirinha na inserção do açaí na lógica de reprimarização da economia no município. Foram realizadas quinze entrevistas com pessoas que atuam diariamente nos elos da cadeia produtiva do açaí, realizadas nos meses de julho e agosto de 2021, com intuito de identificar a realidade atual produtiva do produto, frente o aumento da demanda e conseqüentemente a pressão exercida na várzea para garantir a oferta. A pesquisa mostra que a conscientização ambiental não alcança de maneira homogênea os agentes que atuam nos elos das cadeias, mas sim que há um distanciamento significativo por parte de quem não mora nas ilhas. Já os ribeirinhos em si possuem esta consciência, porém há uma apropriação das relações de ancestralidade que existem entorno do açaí, pelo neoextrativismo e que mantém a tendência monocultural do açaí, considerando que essa estratégia tende minimizar as possibilidades de conflito pelo uso do território ribeirinho, em função de ter sido implantado por meio de uma atividade produtiva de cunho ancestral, com isso se mantém as relações desiguais que a reprimarização necessita para se consolidar na várzea de Abaetetuba.

Palavras-chave: Território; ribeirinho; açaí; reprimarização da economia; Abaetetuba.

The *ribeirinho* territory and reprimarization of açaí: The case of the floodplain of Abaetetuba (PA)

Abstract

This paper discusses the aspects of *ribeirinho* territoriality of Abaetetuba in the Brazilian state of Pará, focusing on the production of açaí (*Euterpe oleracea*) in Abaetetuba municipality, considering the importance of açaí as the food base of the *ribeirinho* dwellers, as well as its consumption at various scale levels. The research aims to analyze the municipality's *ribeirinho* territoriality in terms of the insertion of açaí in the logic of reprimarization of the local economy. Fifteen interviews were conducted with people who work daily in the links of the açaí production chain in the months of July and August 2021, in order to identify the current productive reality of the fruit, in face of the trend of incrementing both the demand and the pressure exerted on the floodplain to guarantee supply. The research shows that the environmental awareness does not reach homogeneously the agents that act in the links of the chains, but that there is a significant distancing on the part of those who do not live on the local space. The *ribeirinho* dwellers themselves show this awareness, but there is an appropriation of açaí's ancestral relations by neoextractivism, and this maintains the monocultural trend of the fruit, considering that this strategy tends to minimize the possibilities of conflict for the use of *ribeirinho* territory, because it was implemented through a productive activity of ancestral nature, thus maintaining the unequal relations that reprimarization needs to consolidate itself in the floodplain of Abaetetuba.

Keywords: Territory; *ribeirinhos*; açaí; reprimarization of the economy; Abaetetuba.

El territorio ribereño y la reprimarización del açaí: El caso de la llanura de inundación de Abaetetuba (PA)

Resumen

Este trabajo discute los aspectos de la territorialidad ribereña de Abaetetuba, en el estado brasileño de Pará, centrándose en la producción del açaí (*Euterpe oleracea*) en el municipio de Abaetetuba, considerando la importancia del açaí como base alimenticia de los ribereños de la ciudad, así como el consumo de ello en diversas escalas. La investigación pretende analizar la territorialidad ribereña en la inserción del açaí en la lógica de reprimarización de la economía en el municipio. Se realizaron 15 entrevistas a personas que trabajan diariamente en posiciones de la cadena productiva del açaí, realizadas en los meses de julio y agosto de 2021, con el fin de identificar la realidad productiva actual del fruto, frente al aumento de la demanda y, en consecuencia, de la presión ejercida sobre la llanura de inundación para garantizar el suministro. La investigación muestra que la concienciación medioambiental no llega de forma homogénea a los agentes que actúan en los anillos de la cadena, sino que hay un distanciamiento significativo por parte de los que no viven en el espacio. Los propios ribereños tienen esta conciencia, pero hay una apropiación de las relaciones ancestrales que existen en torno al açaí, por parte del neoextractivismo, lo que mantiene la tendencia monocultural del açaí, considerando que esta estrategia tiende a minimizar las posibilidades de conflicto por el uso del territorio ribereño, debido a que se han desplegado a través de una

actividad productiva de carácter ancestral, con esto se mantienen las relaciones desiguales que la reprimarización necesita para consolidarse en la llanura de inundación de Abaetetuba.

Palabras clave: Territorio; Ribereño; Açaí; Reprimarización de la economía; Abaetetuba.

Introdução

“Açaí” é o nome popular atribuído à palmeira *Euterpe oleracea* Mart., que é encontrada em estado silvestre, formando parte da vegetação florística das matas de terra firme, de várzea e de igapó (CALZAVARA, 1972). Pode se desenvolver em diferentes ecossistemas, tais como: várzea, igapó e terra firme, e sua principal área de dispersão se concentra no estado do Pará, considerando que este possui maior ocorrência de várzeas e de igapós, compondo ecossistemas de floresta natural ou em forma de maciços, conhecidos como açaizais (NOGUEIRA; FIGUEIREDO; MULLER, 2005).

O estado do Pará se destaca nacionalmente como o maior produtor de açaí, com uma produção anual de 1.274.056 toneladas de fruto e com uma área de 188.483 hectares, povoada com açaí (IBGE, 2019), sem considerar as áreas de ocorrência natural. As regiões do Baixo Tocantins e do Marajó são consideradas as maiores produtoras de açaí, conseguindo alcançar 80% da produção de açaí do estado, com destaque para os municípios de Igarapé-Miri, de Portel e de Abaetetuba (IBGE, 2019), tidos como os maiores produtores desse fruto, sendo responsáveis por 45,3% da produção estadual.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o município de Abaetetuba ocupa a posição de terceiro maior produtor de açaí extrativo do estado do Pará, com 23.165,435 toneladas. Esses dados justificam a importância do município no setor produtivo do açaí, bem como a capacidade de oferta do produto que Abaetetuba dispõe para o mercado.

Conforme Lopes (2001), o açaí era classificado, até 1995, como bem inferior, tendo a elasticidade-renda manifestada de forma negativa. Tal aspecto indica que, nesse período, na medida que a renda aumentava, havia uma tendência à diminuição do consumo, realidade comum nos centros urbanos paraenses. Esse fenômeno de

elasticidade-renda negativa indicava um contexto típico de economias pobres, que têm a sobrevivência alimentar da população fortemente dependente do consumo do produto (SANTANA *et al.*, 2008).

As áreas de produção de frutos nativos, que eram advindos, quase exclusivamente, do extrativismo, passaram a receber, também, açaizais nativos manejados e agrícolas, com características de irrigação (NOGUEIRA; CARVALHO, 1995). Ou seja, a forma de produção relacionada ao extrativismo não suportou a pressão do aumento da demanda e, com isso, o açaí manejado passou a ser incorporado, como estratégia de processo produtivo.

Nas unidades de produção, primeiro elo da cadeia, as áreas de grande concentração do açaí passaram a ser manejadas em outros locais próximos ao mercado iniciaram-se os cultivos comerciais em terra firme, visando aumentar a produtividade e a oferta de frutos. Concomitantemente, são implantadas agroindústrias para realizar o processamento do açaí como nova linha de produção. A distribuição do produto industrial tinha o foco no mercado nacional, fora da região amazônica e mais recentemente, no mercado internacional. O consumo local sofreu mudanças em função do incremento de preço em nível do mercado varejista da Região Metropolitana de Belém (RMB) (SANTANA, 2008, p. 207-208).

Esse contexto de brusca mudança na demanda pelo açaí tem causado problemas, relacionados à escassez da oferta, e tem gerado um aumento no preço do produto para a população, que, antes, conseguia adquiri-lo a preços populares. Esse aumento de preço está relacionado com a dificuldade em manter a oferta, frente ao aumento da demanda pelo fruto:

[...] Este desequilíbrio entre oferta e demanda, caracterizando escassez de oferta, tem levado a um processo de expansão da área plantada sem respeito à natureza. Da mesma forma, as áreas nativas que passam a ser manejada de forma desordenada, retirando todas as árvores deixando apenas o açaí, em busca de maior produtividade, está causando problemas de diversas ordens nos âmbitos ambientais, agronômicos e biológicos. Os açaizais estão sendo transformados em monocultivos (SANTANA, 2003, p. 221-222).

Com o aumento da demanda, tem ocorrido a tendência de transformação do espaço paraense em um monocultivo de açaí. O município de Abaetetuba passou por esse processo de aumento de demanda e incorporou uma organização de trabalho voltada à safra do fruto.

Antes de chegar o tempo do açaí, a gente logo se organiza para aproveitar esse momento, porque é o mais esperado por nós aqui das ilhas. Eu me lembro que antes de descobrirem o açaí, a gente tirava era muito palmito, mesmo que a gente escolhesse as palmeiras mais velhas, a gente tirava mais do que hoje, porque hoje depois que descobriram o açaí, a gente entendeu que precisava mais do açaí em pé do que ele derrubado. Aí então a gente começou a valorizar mais, do que antes que a gente apanhava só para nosso consumo do almoço e janta (Relato pessoal da camponesa ribeirinha M., em 07/08/2021).

Nesse contexto, o Governo do estado do Pará cria uma proposta produtiva, com o intuito de superar as dificuldades geradas pelo descompasso existente entre a procura e a oferta. No contexto dos produtos extrativos das cadeias do açaí, destaca-se o Programa Pará 2030, que prevê iniciativas sustentáveis, visando à verticalização e ao desenvolvimento de novos mercados, além da liberação de crédito a organizações sociais produtivas.

399

Nesse sentido, o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do açaí no estado do Pará (Pró-açaí) entra em cena com o intuito de promover incentivos financeiros e fiscais, com objetivo de atrair indústrias, universidades, para assim, aumentar a produção e intensificar a área visando o aumento da produtividade, para assim em 2024 sejam acrescidas 360 mil toneladas de frutos no mercado, mantendo o estado como maior produtor (SEDAP, 2016).

A proposta que busca inserir a cadeia do açaí numa perspectiva ampla, de larga escala, criando possibilidades que busquem a elevação da produção do açaí, com a inserção dos produtores na condição de empregados dos médios e dos grandes produtores.

Além disso, o Programa pretende implementar o açaí manejado prioritariamente em áreas degradadas, aumentando 3.000 e 12.000

empregos diretos e indiretos, e capturando 1.200.000 toneladas e 4.800.000 toneladas de dióxido de carbono (SEDAP, 2016, n.p.).

O extrativismo e/ou o manejo do açaizeiro acompanhou esse processo, considerando sua importância para os camponeses ribeirinhos de Abaetetuba, uma vez que, de acordo com os dados empíricos, apresenta grande participação na formação da renda dessa população. Todavia, o açaí de várzea manejado não tem sido suficiente para atender à atual exigência do mercado, que incentivou o surgimento de uma nova modalidade de produção: o cultivo em terra firme (NOGUEIRA *et al.*, 2013).

A implementação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) regularizou as terras localizadas em terras de marinha, para que a população que já atuava neste lugar dispusesse de uma segurança fundiária, além disso podem coletar frutas, e desempenhar atividades que não causem impacto na várzea. Além disso houve a implantação de projetos de cultivo de açaí, assim como receberam investimentos do PRONAF A.¹

Diante disso, o artigo objetiva analisar a territorialidade ribeirinha na inserção do açaí na lógica de reprimarização² da economia no município de Abaetetuba. O artigo está dividido em seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, tratamos da metodologia, onde fizemos a caracterização da área de estudo, assim como os percursos e métodos adotados, na terceira foi apresentado e discutido o aspecto conceitual da pesquisa, na quarta tratamos dos resultados, realizando as discussões, a quinta seção as considerações finais e a sexta são as referências bibliográficas.

¹ Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que abrange as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

² Tal conceito indica o aumento da exportação deste produto natural sem beneficiamento para o mercado nacional e internacional.

1. Metodologia

1.1. Caracterização da área de estudo e de coleta de dados

A pesquisa foi realizada no município de Abaetetuba, situado na Região de Integração do Baixo Tocantins, composta pelos seguintes municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, somando 35.838 km². Esses municípios apresentam áreas de várzea e de terra firme, predominando a várzea, na medida em que se aproxima da desembocadura do rio Tocantins, exceto no caso de Tailândia, que é composta por terra firme.

De acordo com Fernandes (2005), a várzea é composta por florestas, apresentando árvores altas, com predominância das palmeiras, como o açaí (*Euterpe olerace*), sendo a base alimentar e principal fonte de renda da população ribeirinha. Além disso, apresenta um regime hidrológico, que determina as zonas de inundação, em um determinado período do ano. Considerando a deposição de sedimentos, o solo da várzea é considerado rico em nutrientes, complexo e com pH próximo do alcalino, características bem diferentes das da maioria dos solos da Amazônia, que geralmente são ácidos e pobres.

O autor também destaca que a várzea apresenta uma produção de biomassa elevada, uma grande quantidade de espécies vegetais, que se adaptam à inundação, assim como uma interação dinâmica entre as cadeias alimentares dos rios e das várzeas, responsáveis pela intensa produtividade das áreas adjacentes ao leito do rio, compostas por formações florísticas parcialmente alagadas (FERNANDES, 2005).

De acordo com Bastos (2010), pode-se dizer que a Região de Integração do Baixo Tocantins apresenta duas realidades de ocupação muito distintas: uma, considerada mais tradicional, com destaque para a atividade ribeirinha, que se ocupa de pluriatividades baseadas em extrativismo vegetal, em pesca e em agricultura familiar; e outra,

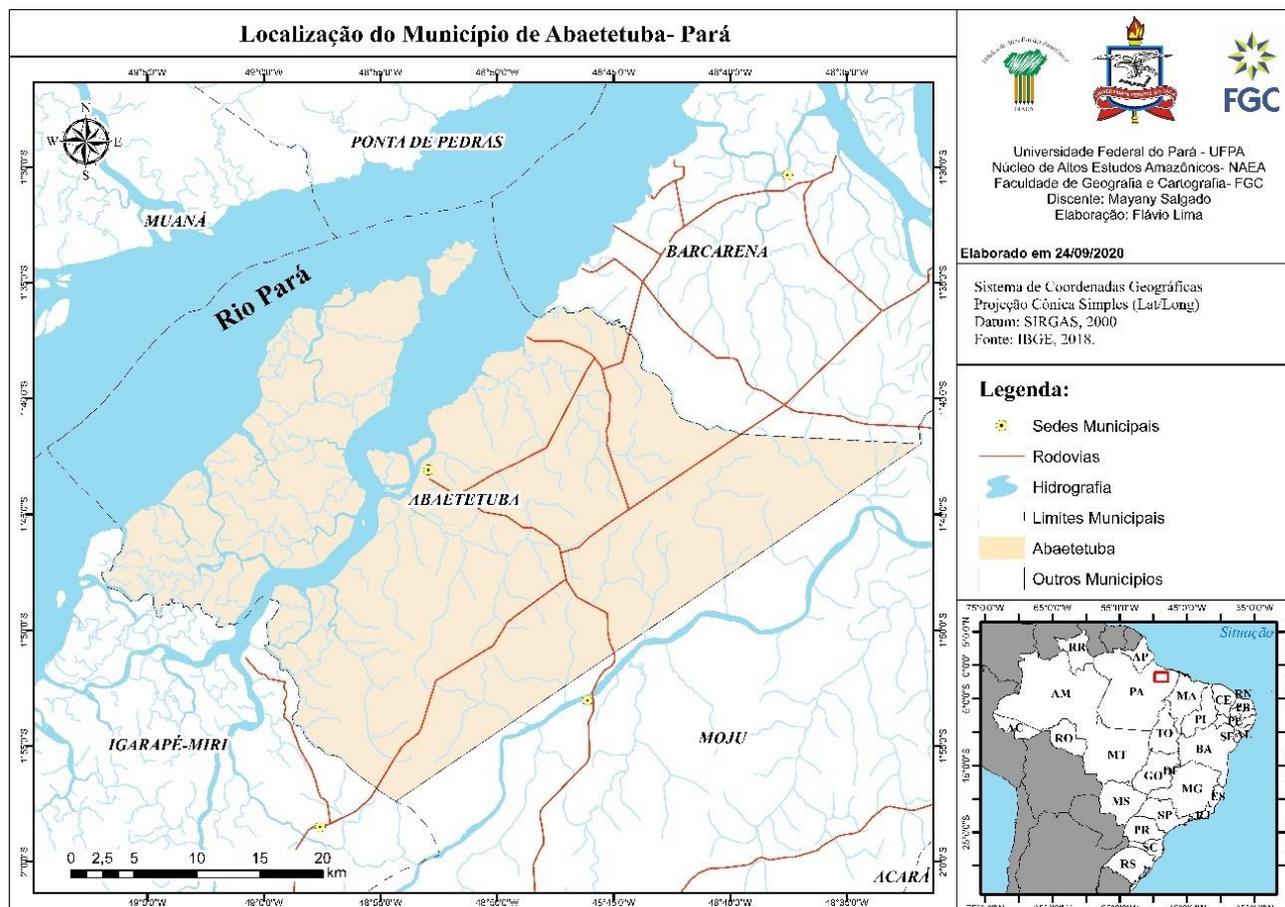
considerada imigrante, baseada em atividades agropecuárias e madeireiras, que têm, como principal via de acesso, as rodovias estaduais, que tiveram maior destaque econômico na década de 1970, a partir da construção da PA-150, que integra o município de Moju ao sudeste do estado.

Vale destacar, também, a Região do Baixo Tocantins, que recebeu a construção da hidrelétrica de Tucuruí, uma obra de grande porte, com alcance de externalidades, que abrangem diretamente toda a região, sobretudo em relação à produção pesqueira de Abaetetuba, que apresentou declínio, após 1984, quando houve a inauguração dessa hidrelétrica. De acordo com o Segundo Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí, o volume de pescado capturado e comercializado na região foi de 1.188 toneladas, em 1981, ao passo que, após a construção da hidrelétrica, em 2001, por exemplo, o volume foi de cerca de 700 toneladas (ELETROBRAS, 2003).

A construção da rodovia PA-150 contribuiu para a integração rodoviária da região, dando acesso a Tucuruí. Essa obra incentivou o aumento na circulação da população ribeirinha entre os municípios, contribuindo com a integração rio-estrada, que, conseqüentemente, tem facilitado à circulação de mercadorias.

Abaetetuba se encontra sob as coordenadas 01°43'24" S e 48°52'54" W, a 62 km de distância da capital (pela via rodo-fluvial Arapari-Cafezal) e a 110 km (pela via rodoviária – alça viária), tendo, portanto, alternativas de acesso rodoviário e hidroviário. Além disso, possui uma área de 1.610,743 km², apresentando os seguintes limites territoriais: a norte, o Rio Pará e o município de Barcarena; a leste, o município de Moju; a sul, os municípios de Igarapé-Miri e de Moju; e a oeste, os municípios de Igarapé-Miri, de Limoeiro do Ajuru e de Muaná (**Mapa 1**).

Mapa 1 – Localização do município de Abaetetuba.



Fonte: Faculdade de Geografia e Cartografia (2020).

Considerando a história da constituição do território do município, o nome “Abaetetuba” é de origem indígena tupi. De acordo com Lira (1998), *abaeté* provém de toponímia indígena, que significa “terra de muitos homens ilustres”. O município possui uma área territorial de 1.090 km², e sua origem histórica é datada do final do século XVIII, mais precisamente, de 1750, quando, segundo a tradição, o governador da Província do Pará doou uma porção territorial ao cidadão português Francisco de Azevedo Monteiro. Esta porção territorial era uma sesmaria (porção de terra, que possui um vínculo hereditário, repassado de pai para filho, na tentativa de manter a posse sobre a mesma) localizada à margem do rio Tocantins. Essa sesmaria possuía uma vasta extensão territorial, que, posteriormente, daria origem ao município de Abaetetuba.

Segundo Lira (1998), foi a partir do desmembramento das áreas dos municípios de Belém e de Igarapé-Miri, em 1880, que Abaetetuba foi elevada à categoria de vila e, em 1895, tornou-se município, através da Lei Estadual nº 334, de 06 de julho de 1895.

Do ponto de vista da economia, Barros (2009) e Reis (2015) apontam que a economia local de Abaetetuba se baseia em três atividades principais: pesca, extrativismo e agricultura. No entanto, são também encontradas atividades de comércio e de indústria, ainda que em menor proporção (processamento do minério), principalmente.

Em relação à locomoção de pessoas e de produtos, Abaetetuba se insere na dinâmica das estradas e permanece utilizando os rios, considerando que não houve a substituição do rio pela estrada, mas, sim, a coexistência dos dois.

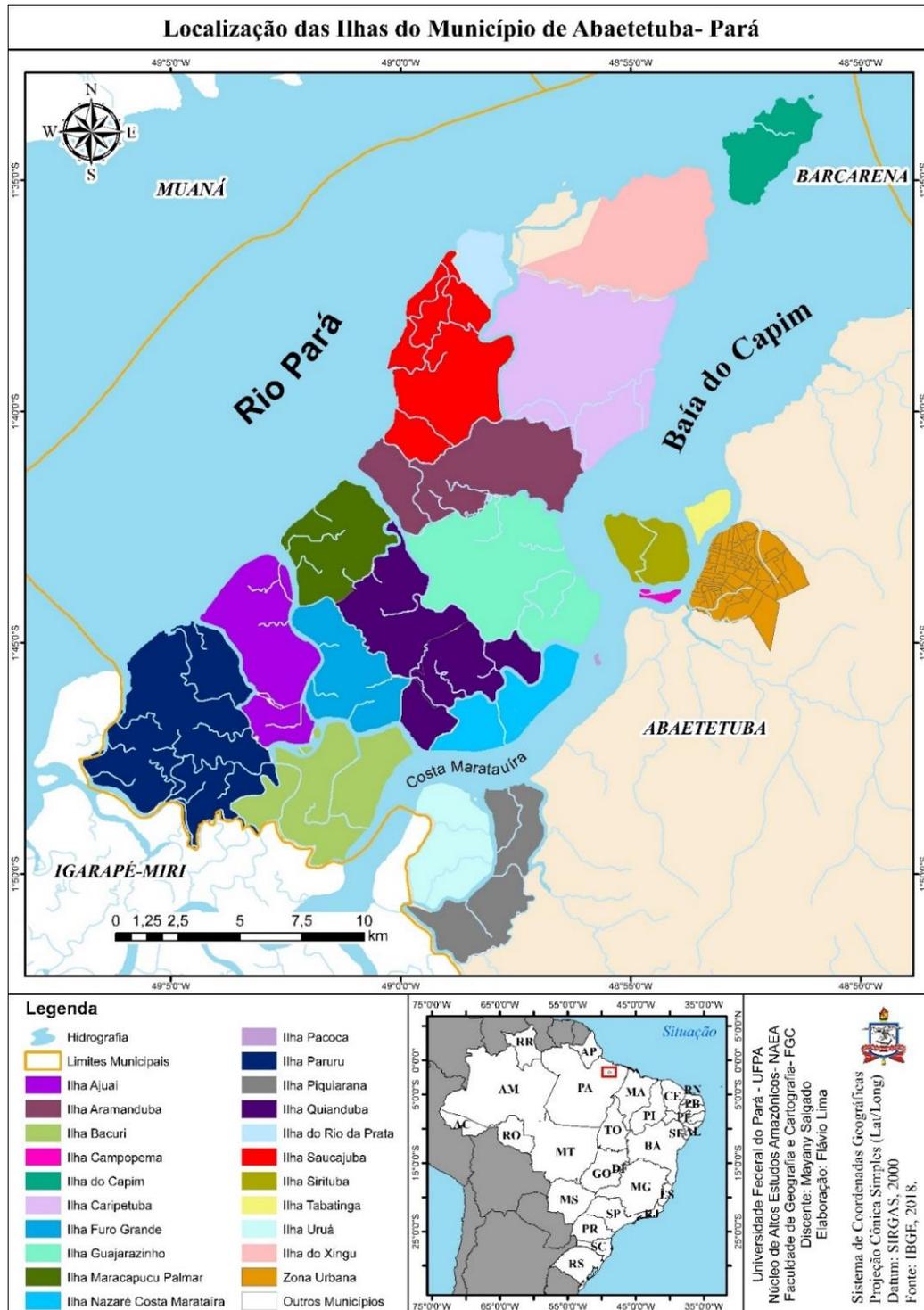
A melhora no acesso aos mercados de Abaetetuba e Belém também abriu possibilidades para produtos rurais manufaturados. Os ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba vivem dentro de um raio de 30 km de Abaetetuba, e 70 km de Belém. Como a grande parte dos produtos era transportada por água, a ausência de barcos motorizados de baixo custo e de fácil operação antes de 1970 implicava em transportes vagarosos e onerosos. A introdução de pequenos motores a diesel revolucionou o transporte individualizado. O custo relativamente baixo dos motores de segunda mão possibilitou a uma parte dos ribeirinhos adquirir barcos motorizados. O resultado foi o desenvolvimento de novas oportunidades de trabalho e rendas (HIRAOKA, 1993, p. 147).

Diante disso, o processo de estruturação das cadeias do açaí tem se estabelecido, a partir do uso do rio e da estrada, o que tem dado maior circulação a esses produtos. No caso do uso do rio, tal se dá, a partir da substituição de embarcações, que eram consideradas lentas, por outras, de maior velocidade. No caso da estrada, esta se consolida, a partir da construção da PA-150, dando maior fluidez aos produtos e às pessoas de Abaetetuba.

As ilhas de Abaetetuba (**Mapa 2**) fazem parte da realidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista, que surge no intuito de regulamentar a posse da terra e de fomentar a participação coletiva no manejo dos recursos da várzea. O PAE é uma

modalidade de assentamento especial, em que as atividades a serem desenvolvidas estão baseadas na extração de recursos naturais, na sustentabilidade e na participação dos atores (INCRA, 1996).

Mapa 2 – Distribuição das ilhas de Abaetetuba.



Fonte: Faculdade de Geografia e Cartografia (2020)

Além disso, o ecossistema predominante nas ilhas de Abaetetuba é o da várzea, que apresenta florestas periodicamente inundadas, por rios de água branca ou barrenta, devido às partículas de argila e aos sedimentos em suspensão, originados nos Andes, que lhes conferem uma coloração pardo-amarelada e que acabam determinando a fertilidade do solo nessas áreas (SIOLI, 1984).

As ilhas de Abaetetuba têm aptidão produtiva para uma diversidade de produtos extrativos e agrícolas nas áreas comuns de várzea e, em algumas ilhas, dispõe da atividade agrícola, no entanto grande parte do açaí e do peixe comercializados na feira de Abaetetuba é de origem extrativa e apresenta uma característica varejista de mercado.

Conforme dados disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), a população estimada de Abaetetuba é de 157.698 mil habitantes. Todavia, conforme o Censo Demográfico de 2010 há 141.100 habitantes oficialmente. A população rural é composta de 58.102 mil pessoas; a urbana, de 82.998 mil. Em relação à extensão territorial, o município possui uma área de 1.610,498 km².

1.2. Percursos e métodos adotados

A pesquisa possui uma abordagem descritiva e interpretativa, a partir da coleta de dados em caráter qualitativo. O resultado da pesquisa foi proporcionado a partir da coleta de dados de fonte primária, realizada no período de junho a agosto de 2021, através da realização de entrevistas com os principais agentes envolvidos nos elos das cadeias produtivas do açaí de Abaetetuba, com observação de campo, registros escritos e gravados, para assim dar suporte às análises da dinâmica estabelecida em torno das trocas comerciais existentes cotidianamente na feira de Abaetetuba, assim como acerca da pressão ambiental em que a várzea tem sofrido entorno do aumento da demanda do açaí, resultando na economia ser baseada por atividades primárias.

Em relação ao caráter qualitativo, dispomos de uma amostra intencional direcionada aos agentes que atuam nos elos das cadeias, a partir da representatividade do fenômeno, com a escolha dos ribeirinhos, intermediários, balanceiros, trabalhadores da agroindústria; o critério de escolha foi o entrevistado compor algum elo da cadeia do açaí, para assim haver maior possibilidade de obter dados mais precisos.

Foram realizadas entrevistas em profundidade com quatro ribeirinhos que atuam na produção extrativa do açaí; quatro intermediários que possuem diferentes locais de atuação (rio e feira), com questões relacionadas aos aspectos do uso da várzea com a atividade do açaí, analisando a evolução da atividade nos últimos dez anos, as estratégias criadas para tentar acompanhar a demanda, os avanços e desafios enfrentados diante desse contexto.

Utilizou-se a compreensão da realidade produtiva camponesa ribeirinha de Abaetetuba, para assim possibilitar a análise das questões socioambientais que a atividade do açaí dispõe, assim como a compreensão territorial e neoextrativista que a atividade proporciona no espaço da várzea abaetetubense, considerando a necessidade em analisar a relação territorial que há em função da tendência monocultural que o açaí passa a ter neste ecossistema.

2. Aspectos conceituais do neoextrativismo e território

O contexto colonial amazônico é marcado a partir da visão de Eldorado que a região possui, marcado por relações de dependência da colônia portuguesa em relação à metrópole de Portugal, ocorrendo a exploração da floresta amazônica, para garantir a acumulação do capital por parte das metrópoles, deixando a colônia de lado. Nesse sentido, as políticas de governo têm visado a manutenção da posição da região enquanto fornecedora de matéria-prima, por isso tem sido foco de políticas de governo que objetivavam a manutenção das atividades extrativas apropriadas atualmente para este fim.

Nesse sentido a região apresentou a partir do período colonial, uma variedade de atividades inseridas pelos portugueses, objetivando o aproveitamento da grande extensão de terra, visando a maximização do lucro, como ocorreu nos períodos da borracha (1850–1920). De acordo com Costa (2012) a crise da economia da borracha esteve atrelada a autonomia que o camponês amazônico dispunha paralela ao período de auge dos seringueiros, não se rendendo totalmente ao trabalho do extrativismo da borracha, mas sim se dedicando na diversificação produtiva, diante disso essa autonomia dificultou a intensificação do uso da natureza pela atividade.

No contexto contemporâneo de exploração dos recursos naturais para fins de exportação, Maristella Svampa interpreta o modelo de acumulação do sistema capitalista como *consenso das commodities*, no qual é baseado na expansão de projetos que buscam a extração e exportação dos bens naturais primários em grande escala. Assim, o “consenso das commodities aponta o ingresso de uma nova ordem econômica e política, sustentado pelo boom dos preços internacionais de matéria-prima e bens de consumo, demandados cada vez mais pelos países centrais e potenciais emergentes” (SVAMPA, 2013, p. 16).

Este modelo de crescimento apresenta numerosas fissuras estruturais. A demanda por matérias-primas e bens de consumo tem como consequência um vertiginoso processo de reprimarização das economias latino-americanas, “algo que vem se agravando pelo ingresso de potências emergentes, como é o caso da China, que está se impondo crescentemente como um sócio desigual no que se refere ao intercâmbio comercial com a região” (SVAMPA, 2013, p. 16.). É válido destacar que este processo desigual tem contribuído com o incremento dos preços das commodities, gerando consequentemente um crescente efeito de reprimarização das economias latino-americanas.

Entende-se que esse processo de reprimarização se dá graças ao padrão de acumulação sustentado pela exploração exacerbada dos recursos naturais, na maior parte dos casos não renováveis, bem como a expansão das fronteiras sobre os territórios considerados improdutivos para o incentivo de produção de alimentos, por exemplo, em

grande escala para exportar, tendo em vista a demanda desses bens no mercado mundial, ou seja, o processo relacionado ao neoextrativismo não está relacionado somente com a mineração, mas também a produção de alimentos e de biocombustíveis. Assim definido, o extrativismo não contempla somente atividades tipicamente consideradas como tal (mineral, hidrocarboneto), mas também os agronegócios relacionados a produção de biocombustíveis, o qual abona uma lógica extrativista mediante a consolidação de um modelo monoprodutor, que desestrutura e reorienta os territórios, destruindo a biodiversidade e aprofundando o processo de acumulação de terras.

Além disso, essa inflexão extrativista inclui também

[...] aqueles projetos de infraestrutura previstos pela Iniciativa para a integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), programa consensual por vários governos latino-americanos nos anos 2000 em matéria de transporte (hidrovias, portos, corredores bioceânicos, entre outros), energia (grandes represas hidrelétricas), e comunicação, cujo objetivo estratégico é facilitar a extração e a exportação das matérias primas em direção aos portos de destino (SVAMPA, 2013, p. 18).

Diante disso, um novo modelo de desenvolvimento se instalou, porém trouxe a tradição extrativista de outros modelos de desenvolvimento já postos em prática em momentos anteriores e que tiveram uma série de limitações quando foram atuantes. A partir dos governos progressistas houve a ruptura das estratégias adotadas anteriormente. Enquanto alguns aspectos da política neoliberal foram mantidos, outros foram revistos, conformando o que viria a ser o neoextrativismo (GUDYNAS, 2009).

Apesar de uma ruptura de alguns aspectos neoliberais, optou-se por manter a mesma característica de exportação de matéria-prima. Gudynas (2009) aponta que o neoextrativismo é uma versão atual do desenvolvimentismo, onde o extrativismo se mantém como meio para se atingir o crescimento econômico.

Em relação aos povos amazônicos, houve a mobilização para lutar contra essa tendência de exportação em larga escala dos produtos extrativos. De acordo com Svampa (2013), essa mobilização chama-se de *giro ecoterritorial*, que corresponde às lutas socioambientais travadas pelos movimentos campesinos e indígenas contra a visão de mer-

cado atribuída aos recursos naturais, propondo o que se chama de bem viver, que se manifesta em contraposição a visão dominante de uso dos recursos naturais através do neoextrativismo. Nessa perspectiva, defendem que determinados bens naturais sejam mantidos fora do mercado a partir de seu caráter de patrimônio social e cultural, rompendo com a dimensão ambiental baseada pela ideologia do progresso, para assim garantir a manutenção dos direitos coletivos dos povos originários.

Nesse sentido, houve no espaço amazônico, tensões entre a estrutura camponesa, marcada pela autonomia, com as do seringal que requeria a coerção da força de trabalho, caracterizando a contradição interna entre o capital e a produção cabocla determinada por ritmos naturais. Diante disso, observa-se a existência desta contradição de estruturas capitalistas e não capitalistas responsáveis pela atual configuração socioespacial existente na região, pois ao mesmo tempo em que houve a inserção dessas formas produtivas obedecendo a lógica capitalista, o campesinato resistiu não se rendendo integralmente a coerção da força de trabalho.

A realidade da região atualmente permanece com a mesma tentativa de intensificar o modo de produção capitalista, partindo da lógica de acumulação através da exportação das commodities em larga escala. Nesse caso, temos o exemplo da produção da palma do dendê que dispõe do mesmo objetivo que os seringais dispuseram, considerando a adoção de alguns discursos ambientais e de desenvolvimento.

Nessa perspectiva a atividade da dendeicultura se tornou comum nas áreas rurais dos municípios de Moju, Tailândia, Acará, Concórdia, Bujaru, tem como finalidade principal a produção de biocombustível. Nesses municípios, o plantio da monocultura do dendê se tornou realidade, a partir das empresas Agropalma e Vale, havendo a fixação desta cultura em larga escala nas terras em grande parte quilombolas através da prática do arrendamento da terra realizado pelas empresas diretamente com o camponês pelo tempo de 25 (vinte e cinco) anos.

Esse contrato oferece uma série de seguranças trabalhistas que o trabalho cotidiano no campo não oferece, nesse sentido entende-se que esta estratégia de arrenda-

mento foi criada para se tornar atrativa ao sujeito do campo paraense. A implantação do dendezal foi efetivada e uma pequena parte de terra foi destinada para o camponês desenvolver suas atividades de produção de alimentos.

Além disso outra realidade relacionada à efetivação do consenso das commodities no estado do Pará é o caso do açaí através do Programa de desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí no Estado do Pará. O Programa visa intensificar a produção do açaí em larga escala em terra-firme e na várzea.

Assim, o plantio e manejo de açaizeiros em terra firme e o manejo e enriquecimento na várzea, ao responder aos desafios do mercado, preenche, ainda, todos os requisitos de uma atividade ambientalmente limpa, além de preservar os ecossistemas, gerar renda e emprego, contribuindo, decisivamente, para a revitalização da economia do município focado, constituindo-se, dessa maneira, em uma potente âncora para a dinamização de economias agrícolas fragilizadas (OLIVEIRA, 2016, p.25).

Diante disso, é possível identificar o mesmo discurso referente a intensificação da produção, com objetivo de dinamizar o crescimento econômico da economia paraense, a partir da intensificação do cultivo do açaí em 50 mil hectares de açaizeiro, sendo 10 mil hectares em terra-firme e 40 mil em área de várzea.

Observa-se que as propostas apresentadas de monocultivo para o Estado do Pará tem permanecido atuais, as duas apresentam a finalidade do cultivo, extração e exportação em larga escala das matérias-primas dendê e açaí, com baixo valor agregado, colocando em xeque as estruturas econômicas e sociais do campesinato.

A partir da concepção de que o ambiente da pesquisa possui uma dinâmica com o rio, relacionada com diversas funções, tais como: moradia, trabalho, transporte, educação, lazer e de práticas econômicas. Diante disso, o rio se apresenta, tanto como meio de subsistência, de comunicação e de transporte, quanto como meio de organização do espaço (CRUZ, 2008).

Além disso, Cruz (2008) destaca que a discussão, referente ao ribeirinho, deve ser compreendida para além da localização geográfica, sendo necessário considerar os

processos históricos, que também influenciam nas relações estabelecidas no espaço e na configuração do território, de maneira abrangente.

Nesse sentido, entende-se que a inter-relação entre o camponês ribeirinho e o rio encerra a condição de totalidade que possuem, em que um complementa a existência do outro.

O rio e o camponês-ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o camponês-ribeirinho oferece sua proteção, por meio de suas representações (seus mitos), como a mãe-d'água, a cobra grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta relação dialética da humanização da natureza e naturalização do homem (CRUZ, 2007, p. 8).

Nesse ensejo, a estratégia de organização do modo de vida, pelos camponeses ribeirinhos de Abaetetuba, está relacionada ao sentimento de pertencimento à várzea amazônica, em virtude de o território ser apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, que podem ser externas ou internas a cada lugar (SAQUET, 2008). Além disso, o autor considera que o território é resultado e condição da relação social-natural (SAQUET, 2010). O território também é considerado, neste artigo, como a multidimensionalidade do ser humano, observando que pode ser natureza e sociedade, ao mesmo tempo. Nesse sentido, “[...] o social contém a natureza do Homem e sua natureza exterior. Nós, homens, somos, estamos e reproduzimos a natureza e a sociedade, simultaneamente. Produzimos os territórios e as territorialidades” (SAQUET, 2010, p. 173).

Em função disso, a categoria *território* foi escolhida, para fundamentar a análise sobre a influência da territorialidade ribeirinha na formação da cadeia do açaí, a partir da compreensão da contribuição da multidimensionalidade do território na interação entre o extrativismo e o mercado consumidor destes produtos, relativamente à formação de suas cadeias.

O território [...] é espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem. [...]. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade. O território é processual e relacional, material e imaterial (SAQUET, 2010, p. 73).

A várzea de Abaetetuba é um espaço que possui uma diversidade de agentes, que atuam nela, sendo responsáveis pela formação de territórios que possuem estratégias de relações de poder com características gerais, mas, também, específicas de cada território, que podem ser naturais e, também, sociais.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Nesse ensejo, o território pode apresentar diferentes usos, pelos agentes que estão no espaço, em função das diversas formas de apropriação, como ocorre na várzea abaetetubense, em que este espaço é apropriado por uma diversidade de atores que possuem finalidades diversas, mesmo estando no mesmo espaço de atuação.

Diante disso o direcionamento destas atividades diversas pode ter influências naturais e sociais, como, por exemplo, as do ponto de vista natural, relacionadas às potencialidades naturais de que cada comunidade ribeirinha dispõe, como é o caso da ilha Maracapucu, que possui características naturais de solo que direcionam para a ocorrência da atividade oleira, contribuindo com as condições naturais para a confecção e para a comercialização de telhas e de tijolos. Este espaço apresenta elementos de formação de territórios diferentes dos da ilha Sirituba, que dispõe de uma característica de solo diferente, nesse sentido, as duas ilhas praticam a apropriação do espaço com características e com estratégias territoriais específicas, mas que podem, também, dispor de estratégias semelhantes, relacionadas ao uso do rio, quando se trata de produção do açai, por exemplo.

Em relação ao aspecto social, as estratégias territoriais podem variar, de acordo com o contexto de formação territorial das ilhas, que influenciarão na forma de manifestação da organização social existente, relacionadas ao nível de mobilização social, em função da reivindicação da garantia da geração de emprego e de renda, por meio da atividade do extrativismo do açaí e de outros produtos, da regularização fundiária, da saúde, da educação, do lazer, enfim, dos diversos aspectos, que possibilitam a garantia de permanência no espaço da várzea.

Nesse ensejo, de acordo com Raffestin (1993), o território pode possuir uma delimitação material e imaterial, com os limites materiais definidos pelos agentes envolvidos e com limites imateriais relacionados ao campo abstrato, por meio de representações. Nesse sentido, a delimitação dos limites territoriais, materiais e imateriais de atuação dos camponeses ribeirinhos de Abaetetuba, responsáveis pelo elo do processo produtivo das Cadeias de Valor Inclusivas e Sustentáveis (CVAIS) do açaí e do peixe, possuem suas próprias delimitações e regras, as quais são estabelecidas nas unidades familiares, nas comunidades e/ou nas ilhas, em que estão inseridas.

Em relação ao aspecto material do território, tal se concretiza na definição dos limites do açazal de cada família, na definição da quantia de produção que será destinado ao autoconsumo e do quanto será encaminhado à comercialização, do quanto da renda gerada pela comercialização será distribuída entre as pessoas e/ou os membros da família envolvidos no processo produtivo, dentre outros.

A dimensão imaterial do território está configurada pelo sentimento de pertencimento à várzea, que direciona as estratégias de uso criadas por cada família, por cada comunidade e/ou por cada ilha, com vistas ao melhor uso dos recursos da várzea, para as finalidades de autoconsumo e/ou de comercialização, buscando a minimização dos impactos das ações produtivas na natureza, considerando que sua racionalidade é baseada na existência desses recursos naturais. Esses dois fundamentos de formação do território servem para demonstrar que há uma diversidade de elementos, que

influenciam direta e indiretamente na formação de estratégias de relações de poder e, por conseguinte, na territorialidade ribeirinha de Abaetetuba.

Cabe ressaltar, também, que os territórios existentes em cada elo da cadeia são regidos pelas dinâmicas produtivas da territorialidade ribeirinha da várzea de Abaetetuba, considerando que, sem as diversas relações constituídas no elo responsável pelo processo produtivo, a garantia das ofertas de açaí seria dificultada, ao longo do ano. Nesse ensejo, cada indivíduo e/ou cada grupo social presente no delineamento da cadeia produtiva do açaí, por exemplo, possui uma “identidade” definida, a partir das relações de coletividade que geram as territorialidades, o que, de acordo com Raffestin (1993), pode ser definida como “conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Diante disso, a territorialidade engloba todas as manifestações sociais vividas e construídas, cotidianamente.

Nesse sentido, a territorialidade “[...] é resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana” (SAQUET, 2010, p. 8). Logo, a territorialidade depende das relações de poder e de apropriação, que geram o lugar de vivência individual e/ou coletiva, sendo responsáveis, ainda, por formar as identidades, considerando que o território não é homogêneo, único, mas, sim, que é resultado das intenções, dos interesses, dos objetivos e dos usos diversos de quem nele vive.

Ademais, mesmo que haja influência individual, a territorialidade necessita da habilidade humana de agir, influenciando os outros a agir em comum acordo, não sendo propriedade de um indivíduo, mas, sim, do grupo; logo a territorialidade se mantém, enquanto o grupo se mantém unido: “No momento em que o grupo, de onde se origina o poder (*protestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder) desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece” (ARENDR, 1985, p.212).

Corroborando a autora, Cruz (2007) considera que a apropriação desses espaços do ecossistema de várzea é manifestada através das territorialidades, isto é, pelo em-

prego de estratégias que asseguram ao ribeirinho o acesso ao ecossistema de várzea, bem como o direito ao seu uso pelo coletivo. Nesse sentido a territorialidade camponesa ribeirinha de Abaetetuba é responsável pela constituição de diversas cadeias do município, que tem garantido o uso da várzea, para diversas finalidades, dentre elas, a oferta de açai, no entanto é necessário considerar a apropriação dessa organização produtiva diversa, permeada por saberes ancestrais pelo capitalismo selvagem, visando a ausência de possíveis conflitos de uso da várzea.

3. Resultados e discussões

3.1. Reprimarização da economia em Abaetetuba

O município de Abaetetuba possui uma série de atividades extrativistas e não extrativistas que são a base da economia. São atividades que ocorrem na sede do município, com maior expressão na feira de Abaetetuba, mas que a origem do processo produtivo ocorre nas ilhas de “Abaeté”, termo utilizado atribuído para o município pelos munícipes.

As ilhas de Abaetetuba dispõem de uma organização no processo produtivo baseado em atividades extrativistas relacionada aos produtos do açai, peixe, miriti, jupati, olaria, cana de açúcar, dentre outros. A variação do tipo de atividade desenvolvido ocorre de acordo com a realidade territorial de cada ilha e/ou comunidade, formas de organização, tipo de ecossistema, cultura, religiosidade.

No entanto, as ilhas dispõem do açai como produto comum a todos, ou seja, é a atividade que ocorre em diversas escalas no seio da unidade familiar, em função da maneira de alimentação das famílias. Nesse sentido, o camponês ribeirinho conhece a sazonalidade dos produtos da várzea, compreende a influência das condições climáticas, comportamento das marés, pluviometria, vento, temperatura, assim como os demais fatores ambientais, que influenciam diretamente na produção do açai (SALGADO, 2021). Dentro

desse contexto esta atividade tem apresentado aumento da demanda ao longo dos últimos 10 anos.

Diante disso, Salgado (2021) apresentou o benefício socioeconômico da cadeia de valor do açaí de Abaetetuba, possibilitando identificar a potencialidade econômica da cadeia. Esses aspectos podem nortear ações do Estado e das instituições locais, visando buscar o alcance da distribuição equitativa desses benefícios, ao longo dos elos das cadeias.

Essa realidade é bem apresentada a partir do seguinte relato

A gente vive hoje do açaí, a gente faz sim outras atividades, mas o negócio é que o que tá dando dinheiro é o açaí, quando chega esse tempo do açaí que vai de junho até outubro mais ou menos, dá para gente se organizar e guardar um dinheiro para ir resolvendo as coisas de casa. Antigamente não existia tudo isso de gente que gosta de açaí, então a gente apanhava só para comer e para vender aqui na feira, mas nem se compara com a quantidade que a gente apanha para vender hoje em dia (Entrevista realizada com camponês ribeirinho H. em 07/07/2021).

417

O contexto de aumento da demanda do açaí tem provocado inúmeros processos de reorganização das atividades entorno do produto, diante disso os camponeses ribeirinhos, detentores dos saberes existentes entorno do processo produtivo, têm buscado se adequar a esta nova realidade. É necessário destacar a presença dos demais membros dos elos das cadeias, e estes manifestam uma relação diversa na cadeia do açaí, relacionada à questão ambiental, social e econômica da várzea abaetetubense.

Os agentes responsáveis pela produção do açaí possuem uma relação de aproximação com a várzea, em função de viverem nela, por isso carregam uma gama de saberes ancestrais entorno do processo produtivo do produto:

Meu pai sempre me levou para apanhar açaí com ele, me ensinou desde cedo como subir no açazeiro, a escolher o melhor cacho, a perceber quando é perigoso subir em um açazeiro, quando o açazeiro está velho demais, a debulhar o açaí, a amassar, e também me ensinou a negociar o açaí com marreteiro daqui e com os de lá da feira (Entrevista realizada em: 12/07/2021).

O relato do camponês ribeirinho acima aponta uma construção do modo de produzir entrelaçado com o modo de vida ribeirinho, ou seja, essas técnicas de produção estão relacionadas com as estratégias territoriais deles, com a finalidade de se manter no território ribeirinho. Além disso, essa atribuição também está relacionada com a questão ambiental da várzea, considerando que há uma preocupação em manter a existência da mesma.

A gente sabe muito bem que a várzea é a nossa, e faz parte da nossa vida, a gente precisa ter consciência em manter ela viva, porque senão a gente não vai poder tirar nosso alimento, muito menos em tirar o açai, peixe e miriti para vender aí na feira de Abaeté. Por isso a gente trabalha com esses produtos que a várzea oferece para gente, e não tenho interesse em trabalhar com outra atividade, nem com madeira, nem com palmito, nem com nada que vá prejudicar a nossa comercialização do açai (Entrevista realizada em 07/07/2021).

Por outro lado, há também os demais agentes envolvidos na cadeia, que apresenta objetivos diversos de uso.

Eu trabalho há 8 anos como marreteiro aqui na feira, o açai, tenho um esforço muito grande, mas aí é assim, toda vez vem gente aqui criticar a gente pelo preço que a gente cobra dos ribeirinhos, mas a gente tem muito trabalho aqui, preciso estar muito cedo, aí a gente se junta aqui para definir o preço e precisamos estar de olho para não nos enganarem. [...] eu acho que a várzea precisa existir, mas acho que o governo tinha que investir mais na plantação de açai, porque tem tempo que tem pouco e fica muito caro, aí o pessoal que vem comprar reclama muito, por mim tirava todas essas árvores que não servem para nada e colocava tudo de açai, porque o açai é árvore também, mas gera dinheiro para todo mundo (Entrevista realizada com intermediário A. em 12/07/2021).

Esses agentes não conhecem e nem vivem a dinâmica natural da várzea, logo atribuem baixa importância à preservação desses ecossistemas, em relação ao objetivo de maximização dos resultados econômicos. Todavia, os resultados mostram que a permanência das atividades de extração e de comercialização do açai, para atender à lógica financeira do mercado, depende fortemente do reconhecimento do fluxo de produto e de serviços que a várzea gera para as comunidades locais e para a população do entorno na

forma de geração de renda, de meios de sobrevivência e de bem-estar social.

3.2. Relação entre reprimarização e a demanda pelo açaí em Abaetetuba

A relação entre a demanda e o processo de reprimarização da economia através do açaí caminham juntos, considerando que o contexto de aumento dessa demanda gera o ambiente favorável para a inserção de políticas públicas que colaboram com a institucionalização do processo de reprimarização, se consolidando a partir da apropriação do produto natural advindo da várzea, que pertence ao modo de vida ribeirinho abaetetubense.

Considerando esta relação entre demanda e reprimarização Salgado (2021) aponta que a demanda por açaí do mercado varejista do município de Abaetetuba atende aos pressupostos da teoria do consumidor, apresentando demanda inelásticas ao preço, indicando que o consumo varia pouco, em relação às variações dos preços, dada a sua característica de alimento básico da dieta alimentar dos abaetetubenses, como revelado pela elasticidade-renda entre zero e um, em relação ao nível de escolaridade e o tamanho da família apresentou forte impacto positivo no aumento da procura por esses produtos.

A presente pesquisa também mostrou que o abastecimento do mercado de Abaetetuba com açaí, resultante do extrativismo praticado pelos ribeirinhos das ilhas de seu entorno, gerou um benefício social, mensurado com base no excedente do consumidor, de R\$ 335,54/família, ao mês, para os consumidores de açaí, o bem-estar social obtido por essas famílias alcança o valor de R\$ 1.070,73/família, ao mês. Como se trata de um valor que os consumidores estariam dispostos a pagar pelos produtos, além do preço que efetivamente pagam no mercado, tem-se um potencial socioeconômico importante, para validar o desenvolvimento sustentável destas cadeias de suprimento, com origem nos ecossistemas naturais das várzeas.

Diante desta realidade de demanda do açaí do município, o processo de reprimarização das atividades extrativas da região é identificada como commodização do açaí.

Esta forma de organização da atividade tem comprometido a economia local e regional porque além de não agregar valor de forma equitativa ao longo dos elos da cadeia do açaí de Abaetetuba (SALGADO, 2021), também tem oferecido ao meio ambiente uma série de danos para o ecossistema da várzea conforme destacado por (TARGORE *et al.*, 2018), considerando que o município tem recebido uma série de incentivos por meio do PRONAF por exemplo, que tem provocado alterações no ambiente natural, e proporcionado para a várzea abaetetubense mudança na configuração da paisagem, homogeneização e extinção de outras espécies, erosão e assoreamento dos rios, resultante do aumento da área de açais, eliminação de espécies que protegem as margens das áreas de várzea, dependência econômica dos ribeirinhos pela atividade do açaí e perda da diversidade produtiva (TAGORE *et al.*, 2018).

Além disso, a pesquisa demonstrou que esta proposta de monocultura do açaí, tem interferido na soberania alimentar da população amazônica que consome diariamente o fruto, principalmente dos consumidores que residem na sede de Abaetetuba,

Antigamente a gente bebia o açaí quase de graça, porque era bem baratinho, então a gente comprava e bebia sempre, mas hoje é bem diferente, depois que descobriram que o açaí prestava pra alguma coisa, começaram a vender muito para fora e a gente começou a ter que pagar mais caro (Entrevista realizada com camponês ribeirinho O., em: 12/07/2021).

O processo de reprimarização do açaí em Abaetetuba impacta também o consumo do açaí, limitando as pessoas da sede do município que não compõem nenhum elo da cadeia do produto, por isso precisam adquirir o açaí no processo de compra.

Em relação ao aspecto produtivo há necessidade da formação de um conjunto de ações que vai desde a organização dos produtores para criar escala e poder de negociação, da utilização de boas práticas de produção para aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos, da obtenção de informação sobre a comercialização, preços e quantidades demandadas e ofertadas e da inserção de tais produtos nos diversos segmentos de mercado nacional e internacional (SANTANA, 2016).

Portanto a reprimarização da economia a partir do produto do açaí, é um processo que tem sido construído a partir da apropriação da complexidade de fatores que a atividade extrativa do açaí possui, incentivando os camponeses ribeirinhos de Abaetetuba a se submeter às atividades relacionadas ao monocultivo no ecossistema de várzea. Sendo necessário destacar uma série de impactos socioambientais que tal modelo tem implicado neste espaço.

No sistema extrativista tradicional de produção e produtividade que o sistema natural propõe. A produção ocorre naturalmente e respeita a heterogeneidade local. O produto, em geral, é destinado para a manutenção das famílias e, portanto, adéqua-se como uma atividade sustentável e com riscos menores. Todavia, o cenário atual do extrativismo do açaí apresenta tentativas de superar as limitações de produção e produtividade que o sistema natural propõe. (TAGORE, 2018, p. 204).

Nesse sentido, os princípios acerca do neoextrativismo vão de encontro com os princípios camponeses ribeirinhos apresentados neste trabalho, tendo em vista o modelo de desenvolvimento direcionado ao crescimento econômico baseado na apropriação dos recursos naturais. Diante disso Tagore *et al.* (2018) destaca que o manejo intensivo dos açaiçais nas áreas de várzea tem proporcionado um aumento na produção e renda para os camponeses ribeirinhos de Abaetetuba, porém destacou que as ilhas deste município são consideradas Áreas de Proteção Permanente (APP), e as atividades permitidas são essencialmente de baixo impacto, com intuito de preservar os recursos hídricos, a paisagem e a biodiversidade, e o que se observa é que não tem ocorrido o cumprimento da Lei ambiental, sendo posto em risco o equilíbrio ambiental do ecossistema de várzea.

3.3. Territorialidade e reprimarização do açaí em Abaetetuba

A territorialidade ribeirinha possui uma série de características que compõe um conjunto de relações entre os membros da comunidade e a natureza, que colabora com

os processos contínuos de acumulação de conhecimento e de produção material, por parte desses indivíduos (CANTO, 2007).

Para termos uma boa produtividade do açáí, a gente precisa cuidar do terreno, retirando as plantas que não são importantes para o açáí, e assim ficar bem “massudo” e garantir um ótimo rendimento. A gente só precisa ter muito cuidado na hora de subir no açazeiro, para não acontecer acidente com a gente, da gente ir subir e o açazeiro quebrar com a gente lá em cima. Aí a gente tem que tirar o açáí que *taparau* senão fica ruim para beber e também dificulta a nossa venda (Entrevista realizada com camponês ribeirinho A. em: 07/08/2021).

Essa realidade de saberes deriva da relação de simbiose entre o ribeirinho e a natureza (DIEGUES, 1996), nesse caso, da várzea, cujo conhecimento o camponês manifesta, a partir da apropriação do território, em uma perspectiva multidimensional, que abrange os aspectos econômicos, políticos e culturais no estabelecimento de uma relação com a natureza.

A relação do camponês ribeirinho com a terra e com a água de Abaetetuba é multidimensional, com sustentação na representação imaterial do território, que é condizente com o sentimento de pertencimento que possui com esta terra e com esta água. Igualmente, o camponês ribeirinho se apropria como estratégia de atribuição de acesso e de uso.

Diante de tal realidade o camponês ribeirinho manifesta uma relação contraditória no território em que vive um conflito entre a necessidade de se manter no campo ribeirinho e a necessidade em preservar a várzea em si, de acordo com os saberes ancestrais. Os ribeirinhos conhecem a realidade em manter a várzea diversificada, porém com a possibilidade próspera que ascensão social preconiza, há uma tendência em ser deixada de lado esta concepção, visando buscar a manutenção de vida no/do campo.

Eu sei o quanto é necessário manter a várzea de pé, porque é daqui que a gente vive, tiramos nosso sustento e também é daqui que a gente garante nossa alimentação. Mas hoje em dia a gente observa um monte de problemas que faz com que a gente pense que isso pode acabar, porque

muita gente sem consciência joga lixo no rio, desmata aqui na várzea. A outra coisa que eu sei que prejudica é essa retirada de aninga daí dessas beiras do rio. Quando tira a aninga daí, fica sem proteção a beira, então cai tudo dentro do rio, isso prejudica muito. [...] Hoje aqui a gente recebeu uns projetos do governo federal e tem ajudado muito a gente aqui, na nossa geração de renda e tudo, mas eu sei que a várzea precisa descansar e que se a gente usar assim, de qualquer jeito, ela para de dar vida para as árvores daqui (Entrevista realizada com camponês ribeirinho M. em 07/08/2021).

O relato corrobora com a apreensão de Cruz (2017), em que trata das diversas formas de resistir, mesmo em situações de extrema expropriação e pobreza, preserva sempre o envolvimento com o corpo, considerando também os aspectos míticos, religiosos e espirituais.

O autor também destaca a necessidade de ir além da proposição de Svampa (2012), em relação ao giro ecoterritorial, mas sim traz uma contribuição da interpretação dessas lutas socioambientais a partir da inserção do caráter múltiplo do território, a partir de se considerar o espaço e o território de maneira relacional, sem que haja a dissociação dos saberes locais, buscando uma nova ordem socioeconômica, político e cultural em nossos espaços de vida.

Considerações Finais

A cadeia do açai de Abaetetuba possui relevância econômica e social para o município, pois gera renda e cria possibilidades de consumo das famílias envolvidas no processo produtivo, assim como também proporciona bem-estar para a população que gera a demanda e consome o produto.

Além disso, o aspecto ambiental deve ser considerado, sobretudo no que tange a necessidade de garantia da permanência no ecossistema de várzea do camponês ribeirinho, que possui uma relação de simbiose com este ecossistema. Nesse sentido este artigo possibilitou demonstrar o dilema existente entre o uso da várzea pelos próprios cam-

poneses ribeirinhos, na busca em atender a elevada demanda do produto, principalmente no atual contexto de reprimarização da economia gerado entorno do açaí, e a necessidade da reprodução da territorialidade camponesa ribeirinha neste espaço. Com a permanência desta forma de uso intensivo, há grande possibilidade de ocorrer exaustão.

Diante disso, é necessário destacar que as lutas socioambientais proposta pelo giro ecoterritorial se apresenta de maneira contraditória no território camponês ribeirinho de Abaetetuba, considerando que com a apropriação dos elementos territoriais do modo de vida ribeirinho, a partir do aumento da pressão sob a várzea na intensificação da produção de açaí, há uma dificuldade de discernimento do que é prejudicial ou não para os camponeses ribeirinhos.

Além disso, há o distanciamento por parte dos demais agentes que constituem os demais elos das cadeias do açaí, em relação à importância da preservação da várzea abaetetubense. Esse aspecto está relacionado com o não reconhecimento da territorialidade ribeirinha por estes agentes, assim como a visão da várzea como recurso para fins essencialmente econômicos.

Portanto, é necessário que seja considerada a diversidade de territorialidades na várzea de Abaetetuba, para assim se pensar no giro espacial territorial, em que se considere diversos aspectos necessários para o enfrentamento deste tipo de lógica exploradora e espoliadora da Amazônia e mais precisamente dos diversos ambientes de várzea que têm sofrido pressão com este aumento de demanda.

Referências

ARENDRT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. UnB, 1985.

BARROS, Flávio Bezerra. Sociabilidade, cultura e biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 45, nº 2, pp. 152-161, 2009.

- BASTOS, Ana Paula Vidal *et al.* Economia e sociedade na região do Tocantins, Pará. **Papers do NAEA**, nº 259, pp. 3-32, 2010.
- CALZAVARA, Batista Benito Gabriel. **As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico**. Belém: FCAP, 1972. (FCAP - Boletim, 5)
- CANTO, Otávio. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL (ELETROBRAS). **Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí**. [s.l.]: ENAP, 2003.
- COSTA, Francisco de Assis. Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. **Economia e Sociedade**, v. 21, nº 2, pp. 245-273, 2012.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo (orgs.) **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair; TAVARES, Maria Goretti da Costa. (orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 93-107.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Luiz Flávio Reis. **Glossário Ambiental**. Rio Grande do Sul: PROCERGS, 2005. Disponível em: <<http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=glossario>>. Acesso em 21/06/2021.
- GUDYNAS, Eduardo **Conflictos ambientales, justicia y ciudadanía**. Montevideo: Editorial Coscoroba, en prensa, 2009.
- HIRAOKA, Mário. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma Mar-

ques; MELLO, Alex Fiúza (orgs.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MPEG, 1993. p. 133-157.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática. Banco de Dados Agregados. Tabela 6949**: Quantidade produzida na extração vegetal. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6949>>. Acesso em 30/11/2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Brasília: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS: 2015 a 2017**. Brasília: IBGE, 2017.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Assentamento Agroextrativista – PAE'S**. Brasília: INCRA, 1996.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Assentamento Agroextrativista – PAE'S**. Brasília: INCRA, 1996.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury. **Pólos oleiro-cerâmica de Abaetetuba. Expansão e crise**. Belém: UFPANUMA/POEMA/IDESP, 1998.

LOPES, Maria Lúcia Bahia. **Mercado e distribuição dos retornos sociais do manejo do açaí para a produção do fruto**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade da Amazônia, 2001.

NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães; SANTANA, Antônio Cordeiro; GARCIA, Wilnália Souza. A dinâmica do mercado de açaí fruto no estado do Pará: de 1994 a 2009. **Revista Ceres**, v. 60, nº3, pp. 324-331, 2013.

NOGUEIRA, Oscar Lameira; CARVALHO, Cláudio José Reis; MULLER, Carlos Hans. **A cultura do Açaí**. Belém: Embrapa-CPATU; Brasília: Embrapa-SPI, 1995. (Coleção Plantar, 26).

NOGUEIRA, Oscar Lameira; FIGUEIREDO, Francisco José Câmara; MULLER, Antonio Augustinho. **Açaí**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. (Sistemas de Produção, 4).

OLIVEIRA, Luiz Pinto de. **Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará – PROAÇAÍ**. Belém: SEDAP, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SALGADO, Mayany Soares **As cadeias de valor alimentar inclusivas e sustentáveis do açaí e do peixe: O caso de Abaetetuba, PA**. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

SANTANA, Antônio Cordeiro. **Estudo exploratório das cadeias produtivas do açaí e da castanha-do-brasil na Amazônia brasileira**. Belém: IPAM, 2016.

SANTANA, Antônio Cordeiro Santana. **Métodos quantitativos em economia: elementos e aplicações**. Belém: UFRA, 2003.

SANTANA, Antônio Cordeiro; COSTA, Francisco de Assis. Mudanças recentes na oferta e demanda do açaí no estado do Pará. In: SANTANA, Antônio Cordeiro; CARVALHO, David Ferreira; MENDES, Fernando Antonio Teixeira. (orgs.). **Análise sistêmica da fruticultura paraense: organização, mercado e competitividade empresarial**. Belém: Banco da Amazônia, 2008. p. 207-225.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, v. 13, nº 2, pp.15-26, 1999.

427

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, v. 2, nº 18, pp. 24-42, 2008.

SIOLI, Harald (org.). **The Amazon - Limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin**. Junk: Dordrecht, 1984.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, n.p., 2013. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina>>. Acesso em 14/12/2021.

TARGORE, Márcia et al. Políticas públicas e riscos ambientais em áreas de várzea na Amazônia: o caso do PRONAF para a produção do açaí. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 45, pp. 194-214, 2018.

Mayany Soares Salgado é Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), de natureza interdisciplinar, em Ciências (Desenvolvimento Socioambiental)/ NAEA-UFPA. **E-mail:** mayany_salgado@yahoo.com.br

Maria Antonia Soares Salgado é Mestra em Estado, Governo e Políticas Públicas, de natureza interdisciplinar/FLACSO Brasil. **E-mail:** antoniasalgado2000@yahoo.com.br

Artigo enviado em 01/10/2021 e aprovado em 10/12/2021.